

1 Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e quarenta e
2 cinco minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima oitava plenária do décimo sétimo
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra
6 Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andrea Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa
7 Paranhos Guedes, Daniela Zanini, Fabián Javier Marin Rueda, Iolete Ribeiro da Silva, Jureuda
8 Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Paulo Roberto Martins
9 Maldos, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Regina Lúcia
10 Sucupira Pedroza, Sandra Elena Spósito e Rosane Lorena Granzotto. 10. NOTA PÚBLICA
11 SOBRE O MASSACRE NA ESCOLA DE SUZANO: A Plenária apreciou a nota produzida
12 pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP (CNDH/CFP). Houve breve debate, com
13 sugestões de alterações na redação, haja vista que a plenária identificou que o texto traz uma
14 análise sociológica, mas não uma análise psicológica. A plenária ainda concordou que é preciso
15 fazer a discussão do fenômeno, mas questionou se um debate tão complexo deveria ser feito
16 por meio da publicação de uma nota, já que, um documento apenas, pode não dar conta de
17 todos os aspectos que precisam ser abordados. Ficou combinado que a nota deve ser
18 reformulada para tratar não especificamente do massacre de Suzano, mas sim para refletir como
19 o discurso de ódio potencializa a hierarquização da vida, e que o texto seja de outra natureza e
20 não de nota de posicionamento. Jureuda Duarte Guerra lembrou que com o fenômeno, há uma
21 comoção para que haja a presença de psicólogos nas escolas e sugeriu que esse item seja
22 incluído. A plenária concordou e acrescentou que há vários aspectos psicológicos que devem
23 ser abordados nesse debate, como a questão dos jogos violentos, a necessidade de visibilidade
24 dos autores do massacre, a "autorização para matar" presente nos discursos de ódio atuais, de
25 modo que as análises psicológicas e sociológicas estão imbricadas. Paulo Roberto Martins
26 Maldos afirmou que a banalização da violência é o fenômeno comum entre esse massacre de
27 Suzano e outros mencionados na discussão da plenária. Lembrou que há espaços na web em
28 que os autores do massacre são tratados como heróis, com estimulação para outras ocorrências
29 semelhantes, aumentando a probabilidade de ocorrência de outra tragédia, de modo que há
30 responsabilidade do Conselho Federal de Psicologia em falar desse assunto. A plenária avaliou
31 que o debate ficou tão intenso e complexo que talvez seja necessária uma ação maior, para falar

OParcadas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

32 sobre o aumento da violência, reconhecendo que a violência é um fenômeno multideterminado,
33 que se relaciona com todos os aspectos mencionados neste debate em plenária. Foi consenso
34 que é preciso aprofundar o debate desses aspectos levantados, a partir de uma análise
35 psicológica e sociológica mais completa, alertando que há um conjunto de fatores que
36 possibilitam a emergência dessa violência e afirmando que estruturalmente a sociedade está
37 cada vez mais violenta. Desse modo é possível relacionar vários eventos violentos, ataques,
38 ameaças, com grupos interligados na web, com motivação a partir de um ódio às minorias de
39 maneira geral, que alimentam essa forma de expressão. Tudo isso tem uma ressonância no
40 projeto de sociedade que está em curso no país hoje e essa pode ser uma conclusão da reflexão
41 a ser promovida pelo CFP por meio de uma ação a ser pensada. A plenária concluiu que uma
42 nota não é o melhor dispositivo para fazer essa ampla reflexão pensada. Passou-se então aos
43 encaminhamentos para a produção dessa reflexão. Ficou combinado que o CFP realizará uma
44 série com três diálogos digitais, que pode contar com convidados do FENPB – Fórum de
45 Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, que vão falar a partir da Psicologia, mas pode
46 haver também convidados de outras áreas. Para cada fala, será solicitado um texto a ser
47 produzido pelo autor, com uma ementa de seu discurso, de modo que isso fique registrado no
48 CFP e depois possa ser publicado como um produto da série. Assim, o CFP terá a série de
49 diálogos digitais, mas também um documento escrito, para o qual, deve-se definir o formato
50 mais adequado, que pode ser cartilha ou outros. O primeiro debate deve focar na violência nas
51 escolas, podendo abranger o debate da importância dos psicólogos nas escolas (destacando suas
52 possibilidades e limitações), o preconceito (bullying), a violência contra professores, e pode
53 contar com representante da Abrapee – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e
54 Educacional; o segundo diálogo pode versar sobre redes sociais e processos de subjetivação de
55 violência; o terceiro diálogo deve tratar sobre a banalização da violência, abordando a violência
56 contra as populações mais vulneráveis, fazendo uma articulação com a campanha de direitos
57 humanos do CFP sobre a necessidade de enfrentamento dos discursos de ódio e “autorização
58 para matar”. A divulgação dos três diálogos deve ser feita de forma combinada, pois tem focos
59 diferentes, mas todos se relacionam ao tema central da violência. Ficou encaminhado que Paulo
60 Roberto Martins Maldos agradecerá à CNDH/CFP pelo texto produzido e informará sobre a
61 discussão da plenária, explicando que o CFP não irá publicar a nota, pois optou por uma ação
62 mais abrangente. Foi deliberado que Ana Luiza Sousa Castro da CNDH/CFP pode ser chamada

Almeida

Paulo

Sousa

Assunção

Paulo

Paulo

Assunção

Paulo

Paulo

Paulo

Paulo

2

63 a contribuir no detalhamento da proposta dessa série de diálogos digitais. Foram citadas para
64 contribuir também Rosane Lorena Granzotto, que tem a escuta de clínica particular, e, portanto,
65 pode ajudar a pensar no fenômeno da violência também das escolas particulares; Daniela
66 Zanini, que tem o olhar da neuropsicologia; Paulo Roberto Martins Maldos, que tem o olhar da
67 Comissão de Direitos Humanos; Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, que tem o olhar sobre
68 a violência e sua relação com a segurança pública; Andrea Esmeraldo Câmara com o olhar para
69 a população vulnerabilizada que é usuária da política de assistência social. Em seguida, a
70 plenária indicou pessoas que podem ser convidadas para realizarem algumas falas nos diálogos:
71 Angela Alencar Pinheiro, do Nucepec (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e
72 Adolescentes) do Ceará, a qual fundou o Movimento “Cada Vida Importa”, para o último
73 diálogo (podendo falar sobre criança e adolescente); ou João Paulo para o mesmo tema. Thiago
74 Colmenero Cunha, do Rio de Janeiro, para o primeiro diálogo; Fernanda Bruno, para o segundo
75 diálogo. Ficou indicada a sugestão de convidar alguém da Abrapso – Associação Brasileira de
76 Psicologia Social para o terceiro diálogo. Foi encaminhado ainda que haja na série uma
77 interlocução com a campanha sobre racismo: “Todo racismo é uma forma de violência”. Foi
78 indicado o nome de Márcio Faria, psicólogo, do Museu Afrobrasil de São Paulo para o último
79 debate, podendo falar sobre o fenômeno de “vidas matáveis”, ou também José Rodrigues de
80 Alvarenga Filho, da Universidade Federal de São João Del Rei. Foi deliberado que o convite
81 para os autores já deve explicar que a fala será em um diálogo que faz parte de uma série e,
82 nessa ocasião, já deve ser solicitado o texto para a publicação do resultado da série. Para tanto,
83 foi deliberado que deve ser elaborado um projeto pela Gerência de Comunicação do CFP, com
84 auxílio dos conselheiros mencionados, e definição de datas, etapas, convidados e
85 ementas. Iolete Ribeiro da Silva também foi indicada a fazer parte desse grupo. 11. EQUIPES
86 MÍNIMAS DO SISTEMA PRISIONAL: Maria Márcia Badaró informou que houve uma
87 reunião, relativa ao convite que o CFP recebeu para participar da construção de uma política de
88 assistência social para o sistema prisional. Leandro Walter da Conpas – Comissão de Psicologia
89 e Assistência Social do CFP participou. Na ocasião, foi apresentada a forma de funcionamento
90 de todo o sistema de assistência social e agora o CFP aguarda nova chamada para dar
91 continuidade aos trabalhos. Maria Márcia Badaró informou que houve mudança no governo e a
92 primeira reunião aconteceu durante o processo de transição, mas a diretoria do Depen –
93 Departamento Penitenciário Nacional já estava definida. Foi deliberado pela Plenária que deve

Operação

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

94 ser enviado ofício para o Ministério da Cidadania (Secretaria Especial de Desenvolvimento
95 Social) e para o Depen. 12. PL 10105/2018 (PLS 157/2017) ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA
96 E PSICOLÓGICA GRATUITA AOS ESTUDANTES DE MEDICINA E AOS MÉDICOS
97 RESIDENTES: Após a leitura da nota, a plenária discutiu que a proposta da assistência
98 psicológica é importante, mas não só para estudantes de medicina. Foram feitas alterações na
99 redação. O parecer foi aprovado com elogios. 13. I MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS
100 DA PSICOLOGIA NO SUAS: Célia Zenaide da Silva e Andrea Esmeraldo Câmara informaram
101 que houve reunião presencial nos dias 9 e 10 de março e depois foram feitas reuniões
102 telefônicas por regiões para repactuar as datas das mostras regionais. Foram definidas as
103 seguintes datas: sete e oito de junho para a mostra das regiões sul e sudeste; 13 e 14 de junho
104 para a mostra da região norte; 17 e 18 de junho para a mostra da região nordeste; e 28 e 29 de
105 junho para a mostra da região centro-oeste. O edital está previsto para sair na próxima semana.
106 Célia Zenaide da Silva e Andrea Esmeraldo Câmara informaram que o orçamento da mostra
107 também foi revisto e aprovado pela plenária. Foi apresentada a identidade visual mostra e
108 foram feitas sugestões de modificação. 14. RESOLUÇÃO CFO 197/2019 – PROIBIÇÃO DE
109 REGISTRO DE EGRESSOS DE CURSO EAD E 15. RESOLUÇÃO CFMV 1256/2019 DE
110 PROIBIÇÃO DE REGISTRO DE EGRESSOS DE CURSOS EAD: Daniel Arruda (Gerência
111 de Relações Institucionais do CFP – GRI/CFP) informou que na plenária anterior houve
112 discussão sobre esse ponto, quando se tomou conhecimento de que alguns conselhos emitiram
113 resolução proibindo o registro de profissionais formados em cursos à distância. Na ocasião, a
114 plenária comentou sobre a fragilidade dessas resoluções. Agora, os presidentes dos Conselhos
115 Federais de Odontologia e de Medicina Veterinária enviaram ofício ao CFP sugerindo a
116 publicação de norma semelhante. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega informou que o CFP já
117 recebeu uma notificação extrajudicial explicando que os cursos de graduação não são campo de
118 legislação dos conselhos federais e, na ocasião, o CFP respondeu que tem conhecimento disso,
119 entretanto, afirmou que precisa se posicionar, visto que a formação na modalidade EAD
120 (educação à distância) gera impactos no exercício profissional. Assim, Ana Sandra Arcoverde
121 Nóbrega afirmou que, em seu entendimento, o CFP pode publicar uma resolução, mas
122 questionou a força que essa norma teria frente a uma decisão do Ministério da Educação de
123 aprovar cursos de graduação de psicologia online. Desse modo, sugeriu a produção de
124 argumentos técnicos que expliquem porque a formação EAD é um risco para a sociedade.

Arcoverde

Arruda

Arcoverde

Arcoverde

Arcoverde

Arcoverde

Arcoverde

Arcoverde

Arcoverde

125 Concluiu que essa providência trará mais resultados do que a publicação de uma resolução.
126 Sandra Elena Sposito concordou com a necessidade de produção de argumentos técnicos, e
127 explicou que as resoluções são provavelmente parte de uma estratégia para judicializar a
128 questão. Maria Márcia Badaró sugeriu recuperar os documentos das DCNs – Diretrizes
129 Curriculares Nacionais e verificar se o CFP adotou todas as medidas previstas na ocasião. Ficou
130 encaminhado que o CFP deve pautar o assunto para a Apaf – Assembleia das Políticas, da
131 Administração e das Finanças e deve responder os ofícios recebidos, informando que o assunto
132 está sendo estudado pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Os presidentes dos dois conselhos
133 mencionados serão convidados a participar deste ponto na Apaf. Daniel Arruda (GRI/CFP)
134 informou que haverá uma reunião com o MEC – Ministério da Educação no dia primeiro de
135 abril, para a qual o CFP conseguiu um espaço para participação. Ele acrescentou que o CNE
136 também já foi consultado sobre o tema e este respondeu que realizará audiências públicas sobre
137 educação à distância. 15. RELATÓRIO DE AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS
138 PÚBLICOS DO ESTADO DE SC - PARÂMETROS MÍNIMOS PARA O EXERCÍCIO
139 PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NO SUS E SUAS: Jureuda Duarte Guerra informou que
140 este ponto está pautado há diversas plenárias. Contou que o CRP-12/SC enviou um relatório
141 detalhado que pode servir de instrumento para consulta a respeito de parâmetros mínimos da
142 psicologia no contexto de políticas públicas. Jureuda Duarte Guerra afirmou que o documento
143 tem grande importância para COEs – Comissões de Orientação e Ética e COFs – Comissões de
144 Orientação e Fiscalização dos Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs. Foi combinado que o
145 documento será apreciado pela Conpas – Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social
146 e deve ser enviado também para os conselheiros por e-mail. 16. TRÂMITES RELATIVOS À
147 RESOLUÇÃO SOBRE A INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE INSTITUIÇÕES E
148 SERVIÇOS RESIDENCIAIS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. Paulo José Barroso de Aguiar
149 Pessoa informou que a resolução foi apresentada em Apaf e foram feitos vários destaques. Foi
150 então escolhido um grupo, da própria Apaf, para incluir o texto dos destaques no corpo da
151 resolução. Isso foi feito e a resolução foi aprovada em Apaf. Entretanto, quando a Gerência
152 Técnica do CFP (GTEC/CFP) verificou a resolução recebida para dar os trâmites necessários
153 para a publicação, a analista responsável percebeu que esse grupo da Apaf fez não apenas os
154 destaques aprovados na assembleia, mas incluiu outras alterações que não foram discutidas na
155 Apaf. Incluiu inclusive alguns trechos que já tinham aparecido anteriormente na minuta de

Operadas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

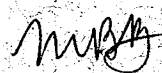
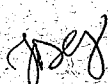
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

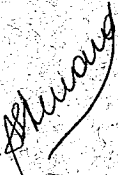
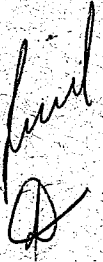
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

156 resolução na fase inicial dos debates do GT, mas depois foi retirado pelo próprio GT. Paulo
157 José Barroso de Aguiar Pessoa apresentou um quadro comparativo que a GTEC/CFP fez sobre
158 a resolução, mostrando essas alterações e disse que o documento já foi enviado ao GT da Apaf,
159 para verificação. Entretanto, apenas um membro do GT respondeu, dando ciência. Não houve
160 outras manifestações. Diante do cenário, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa perguntou que
161 encaminhamento dar para este caso. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega perguntou se o grupo que
162 ficou responsável por incluir os destaques no texto na Apaf era formado por membros do GT.
163 Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa explicou que tinham algumas pessoas do GT, mas
164 também tinham outras que não faziam parte. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega perguntou se as
165 alterações foram de mérito e a plenária avaliou que sim. Assim, ficou encaminhado que o ponto
166 deve ser pautado para a Apaf, com o quadro como material de subsídio e na apresentação do
167 ponto deve ser ressaltado que a discussão é relativa apenas às alterações. Houve intervalo para
168 o almoço às 12h30. A reunião foi retomada às 13h40. 17. APRECIÇÃO DE VÍDEO
169 VEICULADO NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER: A plenária apreciou o vídeo
170 lançado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no dia internacional da
171 mulher, oito de março. Jureuda Duarte Guerra sugeriu uma resposta no espaço do Conselho de
172 Direitos da Mulher, falando da abordagem feita no vídeo, que favorece o esvaziamento da
173 política pública, e não menciona a notificação compulsória, além de fazer um recorte elitista.
174 Sandra Elena Spósito e Ana Sandra Arcoverde Nóbrega afirmaram que é importante apontar
175 que o vídeo coloca uma responsabilização da violência sofrida na própria mulher, porque “não
176 se ama”, “não tem autoestima”. Célia Zenaide da Silva informou que há outros materiais da
177 mesma campanha e algumas matérias em que é possível ver o cabelereiro ensinando como
178 identificar sinais de violência em mulheres, mas é algo muito superficial, como observar se a
179 mulher treme, por exemplo, se ela tem manchas pelo corpo ou se “está muito quieta”. A
180 plenária avaliou que a campanha é problemática em vários aspectos, porque promove a
181 culpabilização da mulher, porque há ausência completa da discussão de gênero, há exclusão dos
182 profissionais que atuam com a temática, há ignorância sobre a causa da violência e as
183 estatísticas relacionadas ao fenômeno. Assim, a violência é colocada como um fenômeno
184 misterioso que paira sobre todos, naturalizando a violência contra a mulher e tratando um
185 assunto extremamente complexo como algo muito simples, sem qualquer menção à necessidade
186 de uma rede e das políticas públicas. Além disso, o vídeo leva a pensar que não há meios de



6



187 interditar a violência, mostrando que a mulher deve de sair sozinha da situação, no máximo,
188 com auxílio do cabelereiro, por exemplo. A plenária definiu que CFP deve realizar alguma ação
189 em resposta ao vídeo, mas sem mencioná-lo diretamente. Pode ser por meio de uma reportagem
190 com dados estatísticos, citando as desigualdades étnico-raciais e de gênero, citando a
191 importância da rede, explicando as diretrizes da Psicologia para o enfrentamento da violência
192 contra a mulher: enfrentamento do machismo; rede; políticas públicas que funcionem;
193 providências em relação aos agressores. Marisa Helena Alves sugeriu o um vídeo na linha da
194 campanha de direitos humanos, com o mote: “Você é a favor disso? A psicologia também não.”
195 E a partir disso, ir desconstruindo o que foi colocado no vídeo institucional do ministério.
196 Clarissa Paranhos Guedes lembrou que a Apaf deu uma tarefa de produzir uma campanha sobre
197 violência contra a mulher. Ela recomendou usar como referência o vídeo de saúde mental, que
198 era para o janeiro de saúde mental. Ficou combinado que deve ser definido um roteiro, que
199 aborde dados da realidade com ênfase à importância da Psicologia. Além disso, foi
200 encaminhado que Jureuda Duarte Guerra deve se posicionar no CNDM – Conselho Nacional de
201 Direitos da Mulher. Foi indicado também que a Conselheira Célia Zenaide da Silva, como
202 representante da sociedade civil, deve pautar o vídeo para debate no CNPIR – Conselho
203 Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Foi deliberado que será construído um texto por
204 Sandra Elena Spósito e Clarissa Paranhos Guedes para que Jureuda Duarte Guerra leia na
205 representação do CNDM. Esse texto deve citar Sinan - Sistema de Informação de Agravos de
206 Notificação, os CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, os CREAS – Centro de
207 Referência Especializado de Assistência Social, o sistema de saúde, enfim, deve explicar a
208 importância da rede. É um vídeo do governo que não cita qual é a rede que recebe essa
209 demanda. Essas conselheiras mencionadas também foram designadas para elaborar o roteiro do
210 vídeo do CFP junto com a Gerência de Comunicação. Além disso, deve ser enviado ofício ao
211 CRP-01/DF recomendando que chamem a psicóloga para orientação. 18. INFORME
212 RELATÓRIO DE GESTÃO: Miraci Mendes (Coordenação Geral do CFP) informou que
213 Márcio Cruz enviará por e-mail uma planilha com as ações de responsabilidade de cada
214 conselheiro no planejamento estratégico, para que vejam se há alguma ação realizada que não
215 está nessa planilha. Informou também que na próxima terça-feira haverá reunião do Comitê
216 Gestor do planejamento estratégico para preparar o relatório de gestão com todas as ações
217 previstas no 9º CNP – Congresso Nacional de Psicologia e realizadas pelo CFP. 19. CFP NA

Clarissa
Paranhos
Guedes

Miraci
Mendes

Jureuda
Duarte
Guerra

PP

SP

M

J

M

P

C

Clarissa
Paranhos
Guedes

218 CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS E
219 PARTICIPANTES POR CREDENCIAMENTO LIVRE: Marisa Helena Alves informou que na
220 16ª Conferência Nacional de Saúde haverá a possibilidade de realização de conferências livres.
221 Assim, ela sugeriu que o edital com os detalhes seja divulgado aos CRPs para que tentem
222 organizar conferências livres. Marisa Helena Alves informou que ela e Rogério Gianini farão
223 uma atividade. Acrescentou que a inscrição será até o dia quinze de junho pelo site. As
224 atividades devem durar de duas a quatro horas e acontecerão entre os dias cinco e seis de
225 agosto. Explicou que dependendo da quantidade de participantes em cada conferência livre é
226 permitida a eleição de uma pessoa para participar da conferência nacional, sem direito a voto.
227 Ficou combinado que o CFP tentará propor conferências livres em parceria com CRPs e outras
228 instituições relativas aos temas de saúde LGBT, saúde mental das pessoas que estão
229 encarceradas, saúde da população negra. Ficou indicado que o CFP poderá solicitar auxílio da
230 GRI, entretanto, o principal é realizar articulações com parceiros para conseguir mobilizar mais
231 de cinquenta pessoas em cada conferência. Foi encaminhado que o CFP deverá chamar os
232 Conselhos Estaduais e Municipais para as atividades. 20. CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA
233 DA CDH DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Paulo Roberto Martins Maldos informou que
234 haverá audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos
235 Deputados para montar a agenda do ano. Assim, ele solicitou sugestões de temas para indicar.
236 Foram incluídos os temas de saúde mental, álcool e drogas, comunidades terapêuticas;
237 preocupação com os "matáveis"; aumento da violência com os segmentos mais
238 vulnerabilizados da população; genocídio da juventude negra. Ficou indicado que o debate
239 sobre a questão racial deve ser transversal em todas as audiências. Ficou combinado que mais
240 temas poderão ser enviados por e-mail para o conselheiro. 21. ATUALIZAÇÃO - ACORDO
241 DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA ENCAMINHAMENTO AO MPT DE POSSÍVEIS
242 IRREGULARIDADES EM ESTÁGIOS DE PSICOLOGIA: Júnia Maria Campos Lara
243 informou que este ponto já foi pautado na plenária do CFP anteriormente, pela GTEC, e foi
244 arquivado porque não teve muita relevância. Entretanto, o Ministério Público do Trabalho -
245 MPT continuou entrando em contato, assim, a GRI/CFP consultou a Secretaria de orientação e
246 Ética do CFP (SOE/CFP). A partir disso, o assunto foi tratado com a diretoria do CFP, que
247 consultou a Gerência Jurídica para saber se há algum problema na retomada desse convênio e
248 foi verificado que não há ônus para o CFP. Júnia Maria Campos Lara explicou que o MPT está

249 propondo uma fiscalização de estágios, e dez conselhos profissionais já assinaram esse
250 convênio. A diretoria sugeriu pautar o ponto para a Apaf, já que o impacto será para o trabalho
251 dos CRPs. Sandra Elena Spósito falou da importância de o CRP atentar para a responsabilidade
252 do psicólogo supervisor de estágio nos locais de estágio. Júnia Campos Lara lembrou que a
253 Apaf já passou uma tarefa de revisão de uma cartilha de orientações sobre clínica-escola, que
254 foi feita pelo CFP, com contribuições da Abep – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
255 e do CRP-06/SP. Lembrou que é preciso definir, por exemplo, quantos alunos por supervisor é
256 permitido, pois essa questão não está definida em nenhuma legislação. Sandra Elena Spósito se
257 colocou a disposição para trabalhar nesse tema. Há uma reunião prevista para o dia 23 de abril,
258 sobre o convênio. Ficou deliberado que o convite deverá ser enviado por e-mail para a
259 conselheira Sandra Elena Sposito para que ela verifique se conseguirá participar. 22. CREPOP:
260 Paulo Roberto Martins Maldos apresentou indicações de nomes para compor a referência de
261 povos tradicionais: Saulo Luders; João Paulo Sales Macedo; Marcelo Gustavo Aguilar
262 Calegare; Rafaela Palmeira Nogueira Melo; Bruno Simões Gonçalves; Abrahão de Oliveira
263 Santos; Guaraci Maximiano dos Santos. Os oito nomes foram aprovados. Jureuda Duarte
264 Guerra acrescentou o nome da professora Zélia Amador, se ainda precisar. Clarissa Paranhos
265 Guedes informou que, caso as pessoas que foram convidadas para as revisões das referências
266 não estejam respondendo as chamadas do CFP, o CFP já deve informar à pessoa que irá
267 procurar alguém para substituí-lo em virtude dos prazos. Em seguida, a conselheira apresentou
268 as capas das próximas publicações. Sobre a capa da referência de educação inclusiva, foi
269 definido que deve ser reformulada. Houve sugestão para retirar a mesa, e deixar as crianças
270 lendo sentadas no chão. Rever a imagem de pessoas negras com cabelos lisos. Sugestão de
271 buscar imagens de crianças reais em um ambiente de educação, assim como foi feito com a
272 capa da Revista Diálogos, sobre psicologia do esporte, que mostrou o esporte no cotidiano,
273 fazendo parte da vida das pessoas, fora do contexto de competição. A capa da referência de
274 psicologia do esporte foi aprovada. Foi indicado que a agência produza novas propostas para a
275 capa da referência sobre álcool e drogas. Sobre a capa da referência sobre saúde do trabalho foi
276 indicada a necessidade de novas propostas da agência, com alusão à imagem de “tempos
277 modernos”. A capa da referência de psicologia e segurança pública foi aprovada. 23. EDITAL
278 DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA
279 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - 2º SEMESTRE (2019): Marisa Helena Alves apresentou o



280 resultado da avaliação da Comissão do Edital de fomento a eventos de Psicologia do segundo
281 semestre. Contou que o CFP recebeu 86 propostas, e, dessas, quatro foram aprovadas
282 integralmente e, 56, parcialmente; 26 projetos foram reprovados por não atender ao edital,
283 sendo que dois tiveram reprovação da SOE (mais por falta de informação do que por infração
284 propriamente dita). Marisa Helena Alves explicou que o critério da comissão foi de privilegiar
285 eventos descentralizados, com tentativa de contemplar o mínimo para todos. Para a faixa um
286 (Eventos que estão até a 3ª edição) o recurso orçado foi de R\$ 79.029,40 (setenta e nove mil
287 vinte e nove reais e quarenta centavos). Para a faixa dois (Eventos que estão entre a 4ª e 6ª
288 edição) o recurso orçado foi de R\$ 33.555,00 (trinta e três mil quinhentos e cinquenta e cinco
289 reais). Para a faixa três (Eventos que estão acima da 6ª edição) o recurso orçado foi de
290 R\$ 32.414,20 (trinta e dois mil quatrocentos e quatorze reais e vinte centavos). O parecer da
291 comissão foi aprovado por unanimidade e o resultado será publicado na segunda-feira. 24.
292 APOIO: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALIANÇA NACIONAL LGBTI+: Sandra
293 Elena Sposito informou que a Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com a Rede Regional
294 GayLatino e com a Universidade Federal do Paraná, realizará em Curitiba, entre 13 e 17 de
295 novembro de 2019, o Congresso Internacional LGBTI+, para o qual solicitou apoio do CFP.
296 Sandra Elena Sposito sugeriu entender melhor o método de pesquisa, para depois responder a
297 solicitação. Ela informou que os cadernos do Crepop sobre HIV e Aids já devem estar
298 publicados na data do evento, assim, acredita que é uma oportunidade de no congresso negociar
299 uma roda de conversa com os profissionais da saúde e da assistência, para apresentar e
300 distribuir as referências para psicólogos. A sugestão da conselheira foi acatada. 25. ELEIÇÕES
301 DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA: Foi apresentada a arte das eleições e foi
302 aprovada. A reunião foi encerrada às dezesseis horas. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo
303 Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os
304 presentes acima nomeados e referenciados.

Jurenda Duarte Guerra
de Fátima Siroffo

Clarime R. Guedes
Rui Zucchi de Jesus

Handwritten initials and signatures

Maria Helena Alves
Handwritten signature

Handwritten signature